

## **DIREITOS AUTORAIS E ACESSO À CULTURA**

São Paulo, agosto de 2008

### **MESA 4**

#### **Usos Educacionais de Conteúdos Protegidos**

**SR. JORGE MACHADO** – Bom dia. Quero agradecer ao MINC pela indicação, para que eu participasse desta Mesa. Vou fazer uma apresentação rápida para que não se cansem.

A primeira pergunta que faço a audiência: onde é feita a ciência? Quem pensou nas universidades, os centros de pesquisa, nas instituições de ensino superior, acertou. Que custos estão envolvidos? Salários, laboratórios, pessoal técnico, bolsas, infra-estruturas. É tudo muito caro. Para se manter isto aqui [mostrando a infra-estrutura da USP] é necessário muito recurso. Para se ter uma idéia do investimento temos um dado – que não é atual, mas é o que pudemos trazer aqui nesta apresentação. Os recursos aplicados em ciência e tecnologia na pós-graduação pelas instituições de ensino superior: você tem recursos na ordem de bilhões – 1,26 bilhões de verbas federais, 1,9 bilhões de estaduais. E as instituições particulares também recebem financiamento para pesquisa, ainda que uma parte minoritária dos professores de instituições particulares faça pesquisa e participe de congressos, porque eles estão submetidos a uma carga horária muito grande em sala de aula. Mas eles também recebem verbas federais e têm todo o direito de pedir, como nós pedimos aqui.

As pesquisas recebem financiamento público, os alunos recebem bolsas e etc. Quem paga isso? Você. É assim no mundo inteiro. Tem gente que fala: “Ah, mas nos Estados Unidos não é assim, porque há instituições privadas e o aluno paga a universidade...”. Espere aí! Segundo os dados da “National Science Foundation”, dos Estados Unidos, os gastos em pesquisa e desenvolvimento em universidades e faculdades por parte do setor público é da ordem de 43 bilhões de dólares. O setor privado investe pouco mais de 2 bilhões. Tem, claro, as doações privadas e filantropias, mas nos EUA se usa muito os benefícios fiscais para repassar tais recursos às instituições. Somando tudo, dá mais ou menos 97% de investimento público.

Sabe quanto custa um artigo? Em geral, os dados que são muito gerais: toma-se o orçamento das universidades e se divide pela produção docente. Mas com isso se chega somente a cálculo muito grosseiro. O que realmente foi produzido? Quem produziu o quê? O que se conta como produção e o que não é produção? O que é uma apresentação num congresso científico que não virou publicação e o que é uma publicação efetiva?

No Brasil, fizemos o cálculo. Para isso, somamos a carga horária do professor efetivamente dedicada à pesquisa, as verbas recebidas para pesquisa, os gastos com pessoal técnico, o laboratório, infra-estrutura – o que engloba o administrativo (água, luz, etc.) e a manutenção geral. Esse cálculo é inédito. São dados que ainda iremos publicar – por enquanto apresento apenas uma prévia aqui. Consideramos os gastos com custeio e as verbas de pesquisas recebidas pelas unidades e departamentos e via coordenação de programas de pós-graduação nos anos 2005-2006. Excluimos os custos relacionados a atividades de ensino e extensão, ou seja, da carga horária do professor, calculamos somente a parte relativa a trabalhos com pesquisa. Assim, calculamos a média salarial do professor e dividimos pela quantidade de horas e somamos com os outros custos. São dados oficiais, dados de custeio, as verbas que o departamento recebeu. Depois analisamos o currículo de cada professor, para sabermos o que ele publicou em 2005 e em 2006. O que é “publicação”? Artigos científicos e capítulos de livros ou livros completos.

No caso do artigo científico, dividimos isso pela produção dos docentes. Aqui temos um artigo bem baratinho para que vocês tenham uma idéia – da Sociologia da USP: 45 mil reais. Por que é mais barato? Porque eles não usam laboratório. O que o professor de Sociologia precisa? Em geral ele precisa de uma mesa e de livros para se debruçar sobre aquilo. Tem mais coisas – bolsas, e alguma infra-estrutura. Outro mais caro: Microbiologia da UFMG – 105 mil reais. É uma área onde se usa laboratórios e equipamentos mais caros. Nessa conta não adicionamos os dados das verbas de pesquisa individuais, ou seja, ainda estamos recebendo os dados das fundações de apoio à pesquisa. É um pouco difícil, há certa burocracia para sabermos o quanto custou determinado

projeto.

E uma tese de doutorado, quanto custa? 155,3 mil. Como chegamos a este número? São verbas de custeio, dados oficiais da Universidade de São Paulo - a universidade publica um relatório anualmente sobre isso. Somamos o custo da bolsa de doutorado. São dados muito conservadores, pois não adicionamos outros valores que podem encarecer mais. Incluímos apenas dados oficiais existentes para que não haja muita polêmica. Sabem qual o investimento privado para se publicar? São 17,1 mil. É um dado oferecido na própria indústria do livro. Temos tudo aqui para que possamos responder as perguntas depois. Quem pagou os outros 128,2 mil? Você.

O destino de bons artigos, de boas pesquisas é virar livro – todos sabem disso. Do ponto de vista privado o negócio é excepcional, por quê? Baixo investimento, direitos exclusivos e subsídios públicos.

Por falar em subsidio, é importante que todos saibam desses dados. As editoras recebem subsídios na forma de imunidade tributária – não pagam ICMS, não pagam IPI, PIS, PASEP, imposto de importação, COFINS, ISS... Elas não pagam nada - como professor, mais de um terço do meu salário é para pagar impostos. Quanto somam esses subsídios todos? 978 milhões de reais. Como chegamos a esse dado? São projeções sobre dados da Câmara Brasileira do Livro sobre o faturamento da indústria no setor. Esse é um valor conservador. Havia dois dados e nós optamos pelo mais conservador. Mesmo assim equivale a cerca do dobro do orçamento executado pelo Ministério da Cultura em 2006.

O que significa isso? Monopólio privado de direitos autorais com subsídio público – não tem outro nome. Por que o Governo faz isso? Para incentivar a leitura e facilitar o acesso ao livro – vamos destacar isso.

Alguns dados de nossa pesquisa revelam que mais da metade dos livros de autores brasileiros é produzida por professores ligados a universidades públicas em regime de dedicação integral ao ensino e na pesquisa. O que

significa isso? Que tipo de regime é esse? Há vários regimes. Escolhemos somente o regime de dedicação integral para demonstrar que mais da metade dos autores brasileiros está ligada a ele, que é o mais restrito de todos. É um regime que faz com que o professor se dedique exclusivamente à universidade, ele não pode ter outras atividades econômicas. E ele ganha mais para isso.

Vocês podem até falar: “mas o professor não está ganhando muito bem!” Sabe quanto um professor ganha? 7 mil reais no começo de carreira. É pouco? Para a realidade brasileira não creio que seja. Mais para frente vamos comparar isso com o que ele arrecada com venda de livros.

Há uma observação: como acessamos o currículo vitae dos autores, podemos vincular o ano de publicação do livro com a pesquisa que ele fazia na mesma época. Checamos se no período em o livro foi publicado o professor estava trabalhando com este tipo de regime. Os resultados apontaram que em algumas áreas, como é o caso da Biologia, 86% se enquadram em tal situação - é a média da UFMG, da UFRJ e da USP.

Fizemos uma pesquisa diretamente com os editores filiados à ABEU (Associação Brasileira das Editoras Universitárias). Para 77% deles, o acesso a obras esgotadas deveria ser livre. 54% dos editores entendem que a lei deveria ser mais permissiva ou não impor restrições a cópias. Das editoras, 97% universitárias são subsidiados pelas universidades, segundo declararam, ou seja, não pagam aluguel, usam serviços da universidade, como funcionários, correios, máquinas, serviços postais e etc. Podemos falar: “mas as editoras universitárias são a parte pequena do mercado”. Mas é bem significativo – 10 ou 15% do mercado. Estamos falando também de editoras que são ligadas à indústria: como a editora da UNESP e da UNICAMP.

Lembram-se de que as políticas do Governo são vinculadas ao acesso. E o preço dos livros? Por acaso, o Professor Pablo Ortellado [USP] me contou que há duas semanas foi usar em uma única aula, um texto de Tucídides chamado “História da Guerra do Peloponeso”. O trecho do livro usado passava de 10%. Quanto custava o livro na Livraria Cultura? R\$ 836,25!

Vejam a relação entre o custo de aquisição de livros listados como bibliografia obrigatória e a renda familiar dos estudantes: esse é um levantamento que fizemos na USP. Tomamos o primeiro ano de faculdade e a bibliografia básica – somente a básica. Cruzamos com os dados da FUVEST. Verifique o que vale, em termos de porcentagem, a renda mensal do estudante [cerca de 85% em média]. Dá para comprar isso?

Você fala: “ah, mas o autor está ganhando dinheiro”. Ele ganha dinheiro com livro? Aqui temos dados da Câmara Brasileira do Livro: tiragem média de livros – 1822 exemplares. Preço médio: 38 reais. Façam a conta, multiplicando a tiragem e o preço médios – o total é 69 mil. Se você considera 10% disso como pagamento de direitos autorais e divide por 36 meses – vai dar 173 reais por mês. Na universidade, o editor paga em livros para nós. Distribuimos isso nas bibliotecas, trocamos com colegas, fazemos permuta. Você não vê a cor do dinheiro! Mesmo que pagassem os direitos autorais não são nada em relação ao salário. Vocês me desculpem, mas nós não vivemos de vender livros, vivemos de reputação, porque é através dela que construímos nossa carreira. Publicar é um meio não um fim. “Viver de vender livros”, não dá nem para se considerar este argumento. E estamos sendo prejudicados pela situação atual de bloqueio de acesso.

Com relação a obras esgotadas: segundo nossa pesquisa, cerca de 30% dos livros adotados nos cursos superiores estavam esgotados ou fora de catálogo. Os dados de outro levantamento feito aqui na USP corroboram, a média de livros esgotados está na ordem de 30% também. Ou seja, não há onde comprar. Estamos falando de livros adotados nos cursos. Sobre livros gerais, que o aluno vai precisar para fazer trabalho de dada disciplina não temos tais dados, mas devem apontar para uma porcentagem muito maior.

Outro problema é a criminalização de professores e alunos por “pirataria”, centros acadêmicos processados e universidades nas páginas policiais. No *slide* ao lado, o jornal “O Estado de São Paulo” noticia sobre dos professores submetidos a inquérito policial. Cita a Universidade de São Paulo, a PUC, a

FGV e outras universidades. Na página policial, a reportagem é colocada ao lado da repressão dos camelôs. É assim que somos tratados. São ações da ABDR. Com todo o respeito ao colega da ABDR, foi muito bom ele ter vindo aqui.

Há também conflitos de interpretação da lei sobre o entendimento do direito a cópias de trechos. A USP reagiu regulamentando isso com uma resolução interna que permitiu a cópia de obras esgotadas, em domínio público e indisponíveis no mercado editorial. É uma interpretação, já que a lei permite isso. Com isso, a USP foi denunciada no “Relatório 301” da IIPA, dos EUA, sobre “pirataria”.

Em outros países o uso científico e educacional é permitido. Temos muitos exemplos na Europa. Falamos em países onde a sociedade civil é forte e organizada: Alemanha, Espanha, Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul. Nesses países há dispositivos legais que permitem que livros técnico-científicos sejam tratados de outra forma. No Brasil isso não existe e a legislação é mais estrita do mundo.

Cabe destacar que professores são autores: 25% dos títulos do mercado editorial são de professores. São também grandes consumidores. Portanto, não somos contra o direito autoral, pelo contrário, há que combater o plágio e os usos comerciais indevidos, por exemplo.

Como conclusão, a universidade não está satisfeita com essa lei. O financiamento público deve ser equivalente a acesso público. Isso é evidente. Não cabe ao Estado subsidiar monopólios privados em detrimento do interesse público. Conforme demonstramos, o mercado de livros técnicos e científicos é, portanto, diferente, pois tem um alto financiamento público.

É justo tratar isso de forma policial? Não! A ABDR não conhecia esses dados, mas está conhecendo agora. Por isso propomos a paz com a ABDR. Isto aqui está sendo gravado, temos testemunhas e muita gente importante na plateia. ABDR, paz! Chega de processos contra centros acadêmicos. Vamos sentar e

conversar sobre isso como adultos, com moderação, pensando no interesse público. Sabemos que eles defendem os interesses das editoras. Vamos conversar sobre isso com calma, sem necessidade de polícia, está bem? Acho que temos de ter a cabeça fria e o bom senso nesta hora. Espero que o Dalton seja o mensageiro da paz. Que volte para a ABDR e diga: “vamos conversar com o pessoal, porque não está dando certo a nossa estratégia”. Vamos comprar briga se precisar. Se houver uma guerra, eu digo: eles vão perder essa guerra para nós. Obrigado.